

Caso Chatô: o nervo exposto

por Rodrigo Mehreb

Por mais absurda que pareça, a história ainda sem final da filmagem de *Chatô* sintetiza muito bem os descaminhos da aplicação da Lei do Audiovisual. Cada etapa de sua produção demonstra na prática o real significado do slogan "Renascimento do Cinema Brasileiro". Curiosamente, a mídia que dedicou bastante espaço ao assunto abordou apenas superficialmente o capítulo mais intrigante dessa comédia de erros: o envolvimento de Guilherme Fontes, detentor dos direitos sobre o livro de Fernando Morais com Francis Ford Coppola- diretor de *Apocalypse Now* e *O Poderoso Chefão*.

Um breve resumo se faz necessário aos não totalmente familiarizados com o que aconteceu. Na esteira do sucesso do livro *Chatô* de Fernando Morais, Guilherme Fontes, um inexpressivo

jovem ator de novelas, adquiriu os direitos com grande alarde. Prometia erguer a primeira superprodução do cinema brasileiro, realizar vídeos, lançar fascículos, série de televisão enfim, fazer muito barulho. Amparado em sua projeção como galã e no possível vigor comercial do projeto, conseguiu com facilidade carta branca do Ministério da Cultura para captar o dinheiro no âmbito da Lei do Audiovisual que permite às empresas abaterem até 3% do imposto de renda daquilo que investem em cinema. Três anos depois, cerca de dez milhões obtidos não foram suficientes para que exista sequer um filme pronto.

Uma das primeiras atitudes de Guilherme Fontes, antes mesmo de começar a filmar foi tentar envolver no projeto Francis Ford Coppola, hoje um diretor bissexto que dedica mais tempo

a sua vinícola do que ao cinema. Não há antecedentes que permitam supor que ele topasse investir dinheiro numa cinebiografia milionária feita por um brasileiro sem nem um curta-metragem no currículo. Coppola tem fama de doido, mas não é bobo. Tanto não é que veio ao Brasil com as despesas pagas, posou ao lado do aprendiz de cineasta, aproveitou o carnaval, deu tchau e foi embora. Antes de partir ainda conseguiu vender equipamentos encalhados da sua antiga companhia, a Zoetrope. Fontes, ao que tudo indica, tinha idéia criar no Brasil uma espécie de filial do empreendimento coppoliano. Caso contrário, não teria batizado de Zobra sua empresa de finalização feita com dinheiros obtidos na FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia.

No início dos anos 80, Francis Coppola corajosamente partiu para criar seu próprio estúdio de cinema com o objetivo de explorar os espaços deixados pelo cinema comercial americano que iniciava um processo irreversível

Guilherme Fontes compra direitos de 'Chatô - O rei do Brasil'

Com um orçamento de US\$ 5 milhões, Fontes quer Al Pacino ou Anthony Hopkins no papel

Guilherme Fontes quer como diretor Hector Babenco

Diretor quer mais R\$

R\$ 7,5 milhões depois, 'Chatô' empaca e assusta investidores

MinC não sabe

Demissão atinge quase toda a equipe

'Chatô' consegue mais recursos

M

Parceria com Coppola se resume a estúdio

Fontes deverá pagar R\$ 97 mil por mês

Ministério reteve verba de filme

Cultura quer nomear nova produtora para 'Chatô'

de imbecilização. Sua idéia era produzir filmes de sucesso que pudessem equilibrar o risco de investimentos em produções mais ousadas e experimentais. O sonho foi abortado logo de início quando o extravagante musical *O Fundo do Coração*, naufragou redondamente nas bilheteria e foi detonado pelos críticos. Sob a ótica da indústria, a Zoetrope fracassou, mas a história do cinema americano poderia ter sido diferente se Coppola vencesse seu desafio. Em pouco mais de dois anos, a Zoetrope patrocinou o relançamento de *Napoleão* de Abel Gance, produziu *Mishima* de Paul Schrader, *Hammert*, o primeiro e péssimo filme americano de Win Wenders, além de *O Selvagem da Motocicleta* e o já citado *O Fundo do Coração* do próprio Coppola. Vistos em retrospecto, são erros e acertos que demonstram uma disposição real de formar um público oposto ao que lotava os cinemas para ver as exaltações neo-conservadoras de George Lucas e Steven Spielberg ao gosto médio.

As ambições de Coppola e Fontes tem em comum o fracasso e o caráter meio delirante da

iniciativa. A comparação pode parecer meritória para alguém cuja importância no cinema é nenhuma, mas a aproximação das duas histórias ilustra paradoxalmente diferenças abismais nas formas de se pensar e de se fazer cinema. De um lado, está o jogador que correu todos os riscos para conseguir autonomia criativa. Arruinado, Coppola teve que trabalhar durante anos para pagar banqueiros. De outro, um aventureiro que repete a velha estratégia dos empreendedores nacionais: obter benefícios privados à custa de dinheiro público. A queda de Coppola teve algo de heróica. Diretor consagrado, ganhador de Oscar, ele poderia apenas dormir sobre os louros, mas seguiu a risca sua filosofia inicial de se intrometer no sistema para desestabilizá-lo por dentro. Guilherme Fontes, ao contrário, em seguidas entrevistas revelou a intenção de se tornar um novo Luiz Carlos Barreto. Queria entrar para aquele clube fechado de meia-duzia de realizadores do qual também fazem parte Cacá Diegues, Sérgio Resende e outros poucos que

concentram recursos em produções dispendiosas e poríferas. É bom que se diga que Fontes é apenas a ponta de um iceberg de erros que se reiteram há mais de 30 anos.

Não admira que Luiz Carlos Barreto tenha assediado suas metralhadoras contra *Chatô*. Um filme não concluído chama excessiva atenção sobre os buracos de uma lei que deixa alguns realizadores numa situação muito tranquila. Não importa que a frequência seja baixíssima, o dinheiro de quem produz e dirige já é tirado antes em quantidades bem maiores do que um simples salário. Só perde quem paga imposto. Na hipótese de existir lucro, o dinheiro não volta para o contribuinte nem mesmo na forma de financiamento de novas produções.

Da forma como é estruturada hoje, a Lei do Audiovisual nada mais faz do que atualizar a linha de conduta do antigo INC (Instituto Nacional de Cinema), órgão que o regime militar criou para normatizar a produção cinematográfica sob a tutela do Estado. Conforme observou Miguel Pereira no seu ensaio "Cinema e Estado: Um Drama em Três Atos", as produções realizadas sob a égide do INC se enquadravam na "vertente do pensamento cinematográfico identificada com o cinema universalista sem compromisso com as realidades subdesenvolvidas do país. Era uma concepção que confundia o bom cinema com seu acabamento técnico". Tendo em vista a obsessão nacional que se tornou a conquista de um Oscar como duvidoso canal para a conquista do mercado externo e a linguagem massificada e acadêmica de mais de 90% das produções a impressão que tem é que Miguel Pereira antecipava esse tal "Renascimento do Cinema Brasileiro" que existe em slogan se não em fato. Se *Chatô* nunca for lançado talvez se intensifique o questionamento a um modelo centralizador de financiamento. Caso fique pronto algum dia, talvez seja apenas mais um filme.

Coppola chega ao Brasil para festas e negócios

Chatô

Gosto de investir em novos projetos e novas idéias, por isso aceitei o convite", disse o cineasta

Como Fontes gastou MinC quer "Chatô" pronto amanhã

Estérilo quer seguro para produções cinematográficas

Filme "Chatô" não é caso de polícia, diz Guilherme Fontes